

CAPÍTULO IV

REAÇÃO

OS NAZARENOS

A atuação das polícias dos Estados nordestinos contra o cangaço e, especialmente, contra Lampião, foi pautada, quase sempre, pela prepotência e arbitrariedade. Ranulfo Prata, no seu livro “Lampião”, já estigmatizava a conduta de determinados oficiais “infames pela covardia”, os quais, receosos de encontrar Lampião pela frente, eternizam-se “nas cidades e vilas, onde, arrogantes e autoritários, se mostram de uma valentia especial, que consiste em não pagar nas lojas que compram, em esbofetear tipos de rua, em prender e surrar a sabre sertanejos pacíficos”¹²⁸.

Ranulfo Prata estava se referindo à polícia baiana, mas em Pernambuco, por essa época, não havia muita diferença entre a polícia baiana e a pernambucana, no que se refere à insolência e à corrupção. Os oficiais da Polícia Militar de Pernambuco, no tempo de Lampião, são freqüentemente citados como exemplo de omissão, violência e corrupção. Três destes oficiais personificam estas acusações: o Coronel João Nunes, o Tenente-Coronel Teófanos Ferraz Torres e o Coronel Optato Gueiros.

O Coronel João Nunes comandou a Força Pública do Estado de Pernambuco no período de 1922 a 1927. A sua atuação foi tão desastrosa, incompetente e violenta que o seu colega de farda, o Coronel Optato Gueiros não hesita em afirmar que, além de ter cometido vários desatinos no comando da Força Militar, ele também foi culpado de que a Polícia de Pernambuco, tivesse adquirido “fama de perversidade”¹²⁹. O incêndio da vila de São Francisco, o fuzilamento de prisioneiros doentes da Coluna Prestes e sua derrota e fuga desastrosa em Umburanas diante dos revoltosos de Prestes, são os fatos mais conhecidos do seu currículo militar, além de ter sido aprisionado por Lampião, em 1930.

¹²⁸ PRATA, Ranulfo. Lampião. São Paulo, Traço Editora e Distribuidora, Ltda., pág. 81.

¹²⁹ GUEIROS, Optato. Lampião (Memórias de um Oficial Ex-Comandante de Forças Volantes). Recife, 1952, pág. 171.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

O Tenente-Coronel Teófanos Torres Ferraz iniciou sua carreira militar de forma rápida e controvertida. Em 1914, numa operação militar, na qual a sorte pesou mais do que a competência, ele conseguiu capturar Antônio Silvino e trazê-lo para o Recife numa marcha triunfal. Sua fama, habilmente administrada, fez com que passasse a ser considerado o herói de todos os Estados do Nordeste.

Em 1926, ainda gozando de prestígio de ter conseguido prender Antônio Silvino, e no Comando Geral das Forças de Combate contra o Banditismo, sediado em Vila Bela, teve oportunidade de por à prova, mais uma vez, seu talento e competência militar, enfrentando Lampião, em Serra Grande. Apesar de contar com uma superioridade numérica apreciável, além de um armamento adequado, contando inclusive com fuzil-metralhadora, o Coronel teve que admitir sua derrota e ordenar sua retirada. (Vide Capítulo: A Batalha de Serra Grande).

Já por essa época, suspeitava-se de que o Coronel Teófanos era o principal fornecedor de armas e munições para Lampião. Do seu quartel-general dirigia o seu comércio de armas com a cumplicidade de outras autoridades locais. Várias vezes Lampião foi visto em Vila Bela (Serra Talhada) tratando desse tipo de negócio. Rodrigues de Carvalho, em Serrote Preto, afirma que em 1925, uma das rotineiras entregas de munição e armas para Lampião foi casualmente interceptada por policiais que desconheciam a montagem desse esquema. O senhor José Olavo, que era o responsável pela carga, foi detido e durante o interrogatório apontou “nominalmente como responsáveis direto o Sr. Teófanos Torres e o Sr. Cornélio Soares, respectivamente comandante das forças de polícia volante e destacada do Estado e o prefeito da cidade”.

E, iradamente, Rodrigues de Carvalho conclui:

“Como é possível homens responsáveis pela segurança pública procederem de forma tão criminosa? Num país policiado na acepção do termo, casos de tamanha gravidade tomariam, obrigatoriamente, focos de escândalo público e punições severas seriam aplicadas. Os responsáveis por tão ignomioso atentado contra a coletividade, quaisquer que fossem as suas prerrogativas, iriam expiar as culpas de sua infâmia atrás das grades numa prisão ou mesmo de olhos vendados na frente de um pelotão. Porque tão nojentos indivíduos são mais criminosos do que os próprios sicários profissionais! As almas de tão objetas criaturas emporcalham até mesmo a sargeta (sic) que as receber. Mas nessa terra de paradoxos, onde a irresponsabilidade é uma rotina consuetudinária, nada, absolutamente nada, acontece aos grandes e verdadeiros criminosos, nem mesmo quando seguros pela cauda, como se viu”¹³⁰.

¹³⁰ CARVALHO, Rodrigues de. Serrote Preto (Lampião e seus Sequazes), 2ª ed., Rio de Janeiro, Sedagra S.A., Gráfico e Editores, 1974, págs. 362-263.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

No que se refere ao Coronel Optato Gueiros, vangloriou-se de ter comandado “verdadeiras feras”¹³¹ nos seus combates contra Lampião. No entanto, um exame mais atento da conduta do Coronel Optato Gueiros demonstrará que Lampião não estava exagerando quando afirmou, em célebre entrevista ao jornalista Otacílio Macedo, quando de sua estada em Juazeiro, em 1927 (Vide Capítulo III), que o então Tenente Optato Gueiros era um “corredor”, evitando sempre tentar cruzar caminho com ele e seu bando.

Quando o Tenente Optato Gueiros foi autorizado, pelas autoridades policiais, a destruir os remanescentes de Caldeirão, os quais tinha formado a sua comunidade de Pau-de-Colher, no sertão da Bahia, demonstrou, nesta ocasião, uma energia desconhecida até então. Em janeiro de 1938, comandando uma tropa de noventa soldados bem armados, inclusive com uma metralhadora Thompson de cinquenta tiros, o Tenente Optato Gueiros atacou o acampamento de camponeses “assassinando, fria e covardemente 400 infelizes brasileiros, inclusive velhos, mulheres e crianças”¹³². Em seu relatório ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins, o Tenente Optato tenta justificar a violência empregada contra cidadãos praticamente indefesos, afirmando que tudo o que aconteceu tinha “a sua razão de ser ante o elemento numeroso do inimigo e sua audácia”¹³³.

Todos esses fatos desambadores reforçavam a opinião geral de que a Polícia Militar de Pernambuco não estava cumprindo satisfatoriamente as funções para a qual tinha sido criada. E que o seu fracasso ficava mais evidente quando eram contabilizadas as suas funções contra Lampião e o cangaço em geral. Fazia-se mister, pois, buscar novas alternativas de luta. E a alternativa mais eficiente foi o recrutamento dos nazarenos para que atuassem sob o guarda-chuva protetor da lei, no comando de Lampião.

Os estrategistas do Governo, na área militar, aproveitaram o fato histórico de que Lampião e os nazarenos vinham há muitos anos lutando nas ribeiras do Moxotó, Pajeú e Navio, por motivos pessoais, já que eram quase parentes entre si, e convidaram a família de Gomes Jurubeba para passar a atuar mais organizadamente, com o respaldo do Estado, na forma de dinheiro, armas e munições. Convite feito, convite aceito. Passaram pois os nazarenos a atuar como uma espécie de tropa especial ou de elite.

¹³¹ GUEIROS, Optato. Ob. cit., pág. 356.

¹³² CARVALHO, Rodrigues de. Lampião e a Sociologia do Cangaço, Rio de Janeiro, s.d. , pág. 358.

¹³³ FERRAZ, Marilurdes (Org.). Lembraí-vos Companheiros. - Polícia Militar de Pernambuco (1825-1991). Recife, Gráfica e Editora Liceu Ltda., 1991, pág. 140.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

A partir da entrada em ação desses ferozes e bravos guerreiros, a situação, do ponto de vista militar, começou a prender lentamente para o lado do Governo. Foi esse um momento crucial na vida de Lampião. Os nazarenos entraram imediatamente em ação e durante anos seguiram o rastro de Lampião em todos os sertões do Nordeste, sem descanso, sob o comando de Manoel Neto. Desde então, “onde quer que houvesse ferido em combate com Lampião neste Estado ou em qualquer outro do Nordeste, aí estava presente algum soldado de Nazaré. Houve poucas exceções”¹³⁴.

Sobre sua importância que representou a entrada dos nazarenos no combate oficial a Lampião e ao cangaço, são significativas as palavras do Coronel Manoel Flor, quando ele afirmou que “o cangaço foi extinto porque o governo, na época, teve essa feliz iniciativa de alistar gente do sertão, adaptado aos rigores da região”. E, descrevendo a roupa de combate dessas tropas sertanejas, diz que somente “no traje de luta havia a diferença do chapéu, a rapadura, a carne, de modo que levávamos os embornais cheios. As alpargatas eram idênticas, era uma roupa apropriada ao ambiente”¹³⁵.

Foi esta, sem dúvida, uma estratégia brilhante, do ponto de vista do Estado, pois conseguiu atrair para as fileiras da Polícia Militar um tipo de combatente do próprio sertão e motivados por um ódio inexpugnável para com o inimigo, no caso, Lampião. O resultado foi terrível. Ao contrário dos combates mais ou menos burocráticos travados entre Lampião e as tropas regulares, vindas das capitais nordestinas, e inadaptadas à região sertaneja, o que se via agora, entre Lampião e os nazarenos, era “como se fosse uma onda de irados escorpiões que se ferretassem mutuamente no seio da caatinga”¹³⁶.

A incorporação dos nazarenos às forças policiais do Estado levou o selo de ódio. E disso aproveitou-se o Estado não para recrutar simples soldados, medrosos e carreiristas. No caso dos nazarenos aconteceu uma mudança crucial: eles foram recrutados e armados pelo Estado para serem não mantenedores da ordem pública e sim, como executores, verdadeiros carrascos. Conscientes ou não, os nazarenos foram instrumentalizados para um determinado fim, acima e fora, mas ao mesmo tempo, dentro da Lei. Rodrigues de Carvalho percebeu esta diferença, quando afirmou que os nazarenos “não perseguiram o malfeitor nocivo e daninho à sociedade, mas a vingança cega e insopitável, reclamada pelas suas almas fermentadas pelo veneno do ódio de que se impregnavam”¹³⁷. Qualquer tipo de violência ou arbitrariedade que viesse a ser praticada pelos nazarenos já estariam, de

¹³⁴ GUEIROS, Optato. Ob. cit., pág. 44.

¹³⁵ FERRAZ, Marilourdes. Ob. cit., pág. 188.

¹³⁶ CARVALHO, Rodrigues de. Idem, pág. 105.

¹³⁷ CARVALHO, Rodrigues de. Idem, pág. 105.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

antemão, absolvidos pela Justiça. Na realidade os nazarenos foram investidos de um enorme poder, de vida ou morte, sobre as pessoas. E esse poder real, ao multiplicar muitas vezes o alcance mortal das ações dos nazarenos preocupou Lampião, o qual chegou a comentar várias vezes que um dos maiores erros de sua vida foi inimizá-lo com Nazaré. Se não tivesse ocorrido essa desavença, uma aliança entre ele e Nazaré, segundo sua opinião seria a “garantia de dominar uma parte do mundo”¹³⁸.

Mas, apesar de toda essa atividade militar contra Lampião, este não descansava do seu objetivo de destruir a vila de Nazaré. Sua audácia não conhecia limites. Em represálias contra as novas medidas tomadas pelo Estado contra ele e seu bando ele sitiou a vila de Nazaré, impondo um bloqueio total e determinando que “de uma légua abaixo para Nazaré, não ficasse morando ninguém. Retirassem-se todos para distantes. Feira em Nazaré também não queria, pois quem teimasse em ficar morando nas proximidades de Nazaré e fosse à feira, ele, pegando, não teria perdão, mataria, como também mataria todos os animais que levassem as cargas para Nazaré. Acabou assim, o bandido com a feira e o pequeno comércio”¹³⁹. Durante vários meses, Nazaré e os seus arredores foi transformada numa zona fantasma, onde ninguém entrava ou saía, sem ordens expressas de Lampião, o qual, nessa época, acreditava ser “o chefe do Governo do Sertão, para todos os efeitos”¹⁴⁰.

Durante vários anos Lampião e os nazarenos bateram-se bravamente e raivosamente nas caatingas dos sertões. Nestas lutas, caracterizadas por um ódio incomum, os nazarenos foram perdendo os seus mais valorosos e bravos combatentes e enormes claros foram se abrindo em suas fileiras. Em Maranduba, por exemplo, Lampião quase extermina o que restava dos nazarenos (Vide Capítulo III, A Batalha de Maranduba). Anos depois desse feroz combate, Odilon Flor, um dos mais valentes dos nazarenos ia visitar regularmente os seus parentes mortos nesta batalha. “Ali, chegando, Odilon, fosse que hora fosse, botava abaixo. Encostado à sepultura dos parentes, sentava-se, passava o dia e dormia bem próximo dos restos mortais, viajando no dia seguinte de vez em quando olhando para trás demonstrando profunda tristeza e amor ao seu sangue”¹⁴¹.

Antes do combate de Maranduba, no qual Lampião infligiu pesadas baixas nas fileiras dos nazarenos, estes tiveram que superar um problema político muito delicado, surgido a partir do momento em que delineou-se a vitória da Revolução de 30.

¹³⁸ LIRA, João Gomes de. Lampião (Memórias de um Soldado de Volante). Recife, Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1990, pág. 286

¹³⁹ LIRA, João Gomes de. Ob. cit., pág. 292.

¹⁴⁰ LIRA, João Gomes de. Idem, pág. 286.

¹⁴¹ LIRA, João Gomes de. Ibidem, pág. 593.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

Aguerrido combatentes, mas poucos afeitos aos meandros das intrigas palacianas, os nazarenos tiveram que superar uma série de problemas originados com a derrota dos seus chefes políticos e ascensão dos outros. A ascensão de Vargas, como chefe da Nação, provocou drásticas mudanças nos quadros administrativos do Estado de Pernambuco, e exigiu dos nazarenos rápidas tomadas de decisões para se enquadrarem na nova ordem que surgia.

O compromisso político e militar dos nazarenos tinha sido, até então, com o Governo do Estado, representado por Estácio Coimbra e do qual o Tenente Manoel Neto era o Ajudante-de-Ordem. Na defesa desse governo, Manoel Neto tinha-se batido bravamente, comandando a resistência do Palácio dos Campos das Princesas.

Durante os combates, Gilberto Freyre, que era o Chefe de Gabinete de Estácio Coimbra, teve oportunidade de observar de perto o incansável inimigo de Lampião em ação. Nanoel Neto, fiel ao seu estilo de luta, “não se deitava, brigava em pé, saltando, gritando e dançando animadamente, causando o seu movimento admiração a quem de fora observava a sua bravura”¹⁴².

Gilberto Freire que o admirava desde a sua feroz atuação na luta anti-coiteiros e que provocou muita preocupação em Lampião, não perdeu a oportunidade de analisar tal espetáculo. Sua avaliação sobre este episódio é a seguinte: “Não creio que um homem possa ser mais bravo do que foi, nesses momentos que se prolongaram da noite por todo o dia, até a noite seguinte, esse admirável Manoel Neto”¹⁴³.

O Governador Estácio Coimbra e Gilberto Freire tiveram que abandonar o Palácio e seguiram para o exílio, via Rio de Janeiro. O Tenente Manoel Neto acompanhou-os até o Rio, mas recusou o convite de segui-los para o exílio, afirmando que ficaria no Brasil a qualquer custo.

E o custo foi altíssimo. O Tenente Manoel Neto encontrou no Rio de Janeiro um clima de total hostilidade. Ao desembarcar no Rio, “logo foi Manoel Neto reconhecido e preso. Os estudantes davam vivas à revolução e pediam, exigiam das autoridades que lhe entregassem Manoel Neto para matá-lo em praça pública”¹⁴⁴.

Para Manoel Neto, com uma enorme folha de serviços prestados ao Estado na manutenção da ordem, mesmo agindo acima da lei, tudo isso representou uma grande humilhação. A ajuda providencial de colegas de farda salvou-o da morte às mãos dos vencedores da Revolução de 1930.

Livre da “pena de morte”, mas não salvo de outras represálias, o Tenente Manoel Neto regressou a Pernambuco, chegando ao Recife no dia 28 de novembro de 1930.

¹⁴² LIRA, João Gomes de. Ob. cit., pág. 450.

¹⁴³ FERRAZ, Marilourdes. Ob. cit., pág. 94.

¹⁴⁴ LIRA, João Gomes de. Ob. cit., pág. 450.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

Com curiosidade, assinala-se o fato que depois de dois dias da chegada do Tenente, Lampião aprisionou o Coronel João Nunes, em sua fazenda em Águas Belas, Pernambuco (Vide Capítulo III). Nessa ocasião, o Tenente Manoel Neto já tinha sido notificado de que tinha sido excluído da Força Pública de Pernambuco, à qual tinha servido tão bravamente.

O quadro político em Pernambuco tinha mudado bastante. O novo Governador era Carlos de Lima Cavalcanti e Muniz Farias o novo Comandante da Polícia, o qual era considerado pelos nazarenos como sendo “um homem rancoroso e desumano”¹⁴⁵.

Também na Bahia, os nazarenos que estavam em campanha contra Lampião tiveram que enfrentar graves contratempos com as autoridades locais. Foram excluídos das tropas e convidados a retirarem-se do Estado no prazo mais breve.

Nesse quadro tão desalentador para os nazarenos e com Manoel Neto sentindo-se profundamente humilhado e “punido tão severamente por ter defendido o Governo anterior, ao qual servira como ajudante de ordem, no Palácio, regressou ao sertão, decidido a organizar um grande grupo de sertanejos para enfrentar o novo Governo”¹⁴⁶.

Os meses seguintes foram cruciais para os nazarenos. Presos, perseguidos e humilhados pelo governo, estes tiveram que agir rápido para não serem dizimados, política e militarmente. Nazaré tornou-se uma fortaleza, disposta a resistir até o fim contra as novas autoridades - os inimigos de hoje e o inimigo de sempre. Nazaré e os nazarenos estavam em xeque-mate.

Manoel Neto, como líder dos nazarenos, jurou que “Nazaré não se dobraria jamais”¹⁴⁷. Em março de 1931, o Governo aumentou a sua pressão, no sentido de desarmar todos os nazarenos. Os mesmos reagiram imediatamente, afirmando - tendo Manoel Neto como porta-voz - que as armas jamais seriam entregues e de que os nazarenos “deveriam mesmo enfrentar o Governo até o último homem, deixando na história o nome de Nazaré com seus filhos que tantos serviços haviam prestado na campanha contra o banditismo”¹⁴⁸.

Os nazarenos decidiram dividir-se em grupos de cem homens e embrenharem-se nos sertões da Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Sergipe. Em outras palavras, os nazarenos estavam propondo passar para a ilegalidade total e transformarem-se, de fato, em cangaceiros, utilizando as mesmas táticas de Lampião.

¹⁴⁵ LIRA, João Gomes de. *Idem*, pág. 458.

¹⁴⁶ FERRAZ, Marilourdes. *Ob. cit.*, pág. 191.

¹⁴⁷ LIRA, João Gomes de. *Ob. cit.*, pág. 475.

¹⁴⁸ LIRA, João Gomes de. *Idem*, pág. 478.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

Diante da ameaça dos nazarenos de partirem para o confronto total, partindo para a guerra de guerrilha numa região onde eles e Lampião eram senhores absolutos, o Governo decidiu temporizar. As negociações foram iniciadas e os nazarenos impuseram suas condições; Manoel Neto seria reincluído na Força Pública num grau superior ao que estava quando foi excluído; toda família de Manoel Neto seria incorporada à Força Pública e mais “um grande número de parentes que desejassem ser soldados”¹⁴⁹. Proposta feita, proposta aceita. E assim, os nazarenos, depois de amargarem um período de ostracismo e perseguições, voltaram a ser novamente os fiéis guardiões da nova ordem e com a vantagem de todos passarem a ser, a partir de então, funcionários públicos do Estado.

Um fato deve ser ressaltado de todo esse didático episódio de queda e ascensão dos nazarenos. É o que se refere ao teor dos argumentos dos funcionários estatais que negociavam com eles. Os nazarenos tiveram os seus argumentos atendidos com relativa presteza porque o governo estava receptivo às suas argumentações e à simpatia das pessoas encarregadas da negociação.

Os negociadores do tratado de paz com os nazarenos advertiam ao governo que seria uma insensatez colocá-los fora da lei, pois ninguém poderia ignorar a sua competência nas duras lutas travadas nas caatingas dos sertões nordestinos contra o banditismo. Segundo eles, ao longo de anos, os nazarenos tinham se transformado numa tropa de elite, altamente combativa e profundamente conhecedora da região. O Governo, portanto, não poderia se dar ao luxo de desativar ou perseguir tal grupo, pois a Revolução de 30, que tinha na repressão e na tortura contra os opositores uma das suas marcas registradas, não poderia desdenhar a contribuição dos nazarenos, neste setor.

Um dos argumentos mais fortes daqueles que pretendiam que os nazarenos fossem perdoados e reincorporados à Força Pública do Estado, era aquele que alertava para o fato de que eram pessoas confiáveis, cultores da palavra empenhada. Afirmavam os simpatizantes dos nazarenos que não poderia deixar de ser observado, neste caso, “um fator de ordem sociológica de peso considerável na região na qual eram oriundos: o constituído pela importância da lealdade para a vivência (e formação social) em clãs, que valorizam e exaltam a lealdade dos seus integrantes”¹⁵⁰.

Sobre esse assunto, deve ser ressaltado o fato de que o culto à palavra empenhada não era exclusivo da família nazarena e sim, um fator cultural pertencente a todas as famílias sertanejas. E Lampião, mais do que qualquer outro sertanejo, elevou a um nível muito alto o valor da palavra empenhada. A palavra de

¹⁴⁹ LIRA, João Gomes de. *Ibidem*, pág. 480.

¹⁵⁰ FERRAZ, Marilourdes. *Ob. cit.*, pág. 192.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

Lampião, segundo um historiador, “era de ferro. Ou de ouro que o ferro enferruja e parte”¹⁵¹.

Enfim, aparadas as arestas entre o novo governo revolucionário e os nazarenos, e assinando uma espécie de tratado de paz, no qual estava prevista a concessão de novas vantagens e antiga obrigação de continuarem a busca a Lampião, o Estado reorganizava-se sob o comando de Getúlio Vargas, que passaria a governar o país com “poderes absolutos sem nenhum controle”¹⁵².

Os nazarenos passaram, então, a fazer seus planos de guerra contra Lampião, agora com mais poderes e com um respaldo de um Estado forte. Em julho de 1931 ultimaram os preparativos para entrarem em ação e no dia 3 de agosto voltaram a pisar em solo baiano, de onde tinham sido expulsos em outubro de 1930. Agora voltavam, prestigiados e à convite do governo baiano, que não podia prescindir de tão formidável e eficaz grupo de combate.

Lampião, através do seu eficiente sistema de informações, já estava preparado para receber seus velhos inimigos e, aproveitando a oportunidade, enviou uma mensagem para Manoel Neto, o comandante dos nazarenos, em território baiano. Lampião mandou avisar “quando Manoel Neto aqui chegar, digam que pode seguir minha pista, pois já estou sabendo que está com uma força de meninos recrutados; pra mim são cachorrinhos que não vão dar no couro na Bahia. No dia em que nos encontrarmos, vamos ver quem corre atrás um do outro. É feio ele vir de Pernambuco para correr na Bahia. Disto Manoel Neto pode ficar certo”¹⁵³.

Apesar de autoconfiança de Lampião ele teve que ceder terreno aos nazarenos, num primeiro momento. Valentes, bem equipados e desejosos de mostrar ao novo governo que podia confiar neles, os nazarenos vasculharam incessantemente o sertão baiano, sem descanso, com o firme propósito de liquidar Lampião e o seu bando. Depois de vários combates, os dois grupos em luta “foram às fronteiras de Minas”¹⁵⁴.

Enquanto recuava, sob a pressão dos nazarenos, Lampião preparava uma surpresa para os seus inimigos. Despistando-se dos nazarenos, Lampião conseguiu chegar ao Estado de Sergipe, “desaparecendo por completo, até parecendo que o mundo tinha se aberto e fechado”¹⁵⁵. No início de 1932, depois de quase dois meses

¹⁵¹ MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do Sol - O Banditismo no Nordeste do Brasil. 1ª edição, Recife, Editora Massangana, 1985, pág. 201.

¹⁵² HENRIQUES, Affonso. Ascensão e Queda de Getúlio Vargas Vol. 1 - Vargas, o Maquiavélico. Rio de Janeiro, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa Ltda., 1996, pág. 132.

¹⁵³ LIRA, João Gomes de. Ob. cit., pág. 486.

¹⁵⁴ LIRA, João Gomes de. Idem, pág. 496.

¹⁵⁵ LIRA, João Gomes de. Ibidem, pág. 496.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

de implacável caçada por parte dos nazarenos, Lampião resolveu que já era tempo de ajustar contas com o volante e afoito Manoel Neto e seu grupo de nazarenos. Na fazenda Maranduba, em Sergipe, fronteira com Bahia, Lampião preparou uma armadilha mortal na qual os nazarenos tiveram baixas muito pesadas. (Vide Cap. III).

Manoel Neto conseguiu sobreviver a este e outros combates, vindo a falecer no dia 3 de novembro de 1979, no Hospital da Polícia Militar, no Recife, com a idade de 78 anos.

A “LEI DO DIABO”

Para que se possa compreender o alcance e o que representou a chamada “Lei do Diabo” como instrumento de repressão do Governo de Pernambuco no combate a Lampião, tem que se analisar o que significou a participação dos coiteiros durante o ciclo do cangaço.

Generalizando-se, pode-se afirmar que “ser coiteiro para a polícia é servir-lhe um copo d’água numa rápida parada de uma marcha incessante; é vê-lo passar ao longe e, não ir, pressuroso, delatá-lo; é topá-lo na estrada e responder as perguntas que lhe forem feitas; é, enfim, todo aquele que voluntária ou involuntariamente tenha com ele o mais leve contato”¹⁵⁶.

Deixando de lado as diversas categorias em que podem ser classificados os coiteiros, tais como, o involuntário, o vingativo e o comerciante, nota-se que, no caso específico de Lampião, os coiteiros, no geral, deram-lhe uma sustentação logística admirável.

Outro fator que facilitou enormemente o relacionamento de Lampião com o povo sertanejo foi o cultivo da palavra empenhada, sob quaisquer circunstâncias, Lampião elevou este fator cultural a um nível da lei que cumpriu ao longo de sua vida. Se alguém lhe fizesse um favor, mesmo que indiretamente, “essa pessoa jamais sairia das profundezas do seu coração rude de cangaceiros maldito. Para Virgulino, seus amigos não tinham defeitos, como seus inimigos não tinham virtudes. Com os primeiros, era de uma lealdade canina; com os últimos, de uma crueldade feroz”¹⁵⁷.

Em contrapartida, a política de repressão estatal sempre foi pautada por uma ação violenta contra a população civil, pobre e indefesa. Alguns historiadores chegam mesmo a afirmar que o abuso das volantes militares encarregadas de combater Lampião constituiu-se num dos principais fatores de transformação de pacotes agricultores em violentos cangaceiros ou em perigosos coiteiros. Em outras palavras: a violência e a arbitrariedade policial produziam a metamorfose de transfigurar simples cidadãos em inimigos do Estado.

Quando um agricultor ou vaqueiro era seviciado pelas volantes, era natural que a honra ultrajada fosse a qualquer custo. O ódio do sertanejo, com sua honra e dignidade pisoteada por botas dos militares, fazia com que este esquecesse “muitas vezes a afronta que Lampião lhe fez, bandeia-se para o seu lado e quando não cangaceiriza, transfigura-se em coiteiro perigoso,

¹⁵⁶ PRATA, Ranulfo. Lampião. São Paulo, Traço Editora e Distribuidora, Ltda., pág. 102.

¹⁵⁷ LUNA, Luiz. Lampião e seus Cabras. Editora Leitura S.A., Rio de Janeiro, 1963, pág. 46

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

servindo como espiã, auxiliando-o com víveres, dando-lhe abrigo em sua casa, dificultando a campanha de vários modos”¹⁵⁸.

Não foi somente a Força Pública de Pernambuco que se destacou na tarefa de provocar transtornos entre os integrantes da população civil. A Polícia de Alagoas, Ceará e Bahia também tornaram-se tristemente célebres pelas cenas de violência e arbitrariedade praticadas contra o povo sertanejo. Nestes Estados os membros das forças militares “portavam-se como legítimos facínoras, perversos e sádicos. Humilhando, estuprando, aterrorizando e até mesmo assassinando fria e covardemente! Agiam como o vilão com o poder na mão (grifo do autor) e a certeza da impunidade. Até parecia que espalhar a desordem, o pânico e a violência fosse a sua finalidade ou objetivo. Se se disser que as forças da polícia que o governo enviava aos sertões em perseguição aos cangaceiros, eram, de muitos casos, piores que estes, não estaremos exagerando”¹⁵⁹.

Depois da passagem da Coluna Prestes pelos sertões nordestinos (Vide Capítulo I), entre 1926 e 1927, e do fracasso do ataque de Lampião à Mossoró, em 1927, os governos estaduais do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco deram início a uma vasta operação de guerra contra Lampião. Para os estrategistas dos comandos militares deste Estados, o fim de Lampião era iminente, uma questão de dias. Entre todos os Estados envolvidos no combate a Lampião foi o de Pernambuco que se empenhou mais a fundo no combate ao cangaço, transformando os nazarenos numa tropa especial com licença para matar (Vide Capítulo IV) e, elegendo como alvo preferencial, os coiteiros. Neste sentido, o Estado de Pernambuco superou os demais Estados envolvidos no combate ao cangaço. Efetivamente pela primeira vez “não apenas os cangaceiros mas também os seus vitais aliados”,¹⁶⁰ viriam a sofrer uma repressão avassaladora.

A formulação da política repressiva do Estado de Pernambuco, no que se refere ao combate a Lampião, teve dois autores: Gilberto Freyre e Antônio Silvino, um sociólogo em busca da fama e um prisioneiro em busca da reabilitação. Meta comum aos dois: o fim de Lampião.

Gilberto Freyre, na condição de Chefe de Gabinete de Estácio Coimbra, encarregou-se de formular um ambicioso plano de repressão ao cangaço, baseando-se numa “aguda análise social do problema”¹⁶¹. Segundo a sua análise, o coiteiro era a peça essencial no esquema de sustentação e

¹⁵⁸ PRATA, Ranulfo. Ob. cit., pág. 105.

¹⁵⁹ CARVALHO, Rodrigues de. Serrote Preto (Lampião e seus Sequazes), 2ª ed., Rio de Janeiro, Sedagra S.A., Gráfico e Editores, 1974, págs. 91.

¹⁶⁰ MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do Sol - O Banditismo no Nordeste do Brasil. 1ª edição, Recife, Editora Massangana, 1985, pág. 164.

¹⁶¹ MELLO, Frederico Pernambucano de. Ob. cit., pág. 116.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

sobrevivência de Lampião, extraindo daí a conclusão lógica que constitui a essência do seu plano: “sem o coiteiro o cangaceiro não é nada”¹⁶².

A Antônio Silvino, um ex-cangaceiro, se celebrizou nos sertões nordestinos, entre 1900 e 1914 e que estava cumprindo pena na Casa de Detenção do Recife, é atribuído a paternidade do plano de combate ao cangaço, a pedido do Chefe de Polícia do Governo de Pernambuco, Eurico de Sousa Leão.

Sendo do conhecimento do Chefe da Polícia que Antônio Silvino, um profundo conhecedor da geografia e da mentalidade do sertanejo, estaria disposto a colaborar com a polícia na tarefa de erradicar o cangaço em Pernambuco convocou-o ao seu Gabinete. O ilustre prisioneiro, lisonjeado pela confiança nele depositada, não hesitou em ajudar a polícia. No próprio Gabinete do Chefe de Polícia formulou o seu plano, cujas linhas mestras eram as seguintes: que o Chefe de Polícia, Eurico de Sousa Leão, chamasse à capital “o Comandante das forças volantes em Vila Bela, dando ordem de chamar todos os coiteiros do bandido à sua presença e perguntasse aos mesmos, se queriam ingressar na polícia como sargentos, cabos e soldados para perseguir os bandidos. Os que não quisessem nem uma coisa, nem outra, prendesse e mandasse imediatamente para a Casa de Detenção e outros fosse enterrados nas caatingas do sertão”. (Grifado por Jovenildo)¹⁶³.

Numa sociedade, como a sertaneja, onde a lealdade e a palavra empenhada fazem parte de um sistema de valores cultivados, de geração em geração, o plano de Antônio Silvino teve um efeito devastador. A traição foi elevada à categoria de virtude e a hipocrisia à norma nas relações pessoais. O povo, na sua sabedoria, apelidou o plano de Antônio Silvino como a “LEI DO DIABO”. Os efeitos desta “Lei” não demoraram a aparecer: desapareceu os amigos coiteiros do bandido, ficando assim a correr dias e noites, sem encontrar um abrigo, sem ver os velhos amigos que se tornaram inimigos”¹⁶⁴.

A força policial, em geral, e os nazarenos em particular, desempenharam papéis importantes na execução da “LEI DO DIABO”. O Chefe de Polícia, Eurico de Souza Leão, eufórico com os resultados do plano, fez questão de convocar os principais chefes nazarenos para que viessem à sua presença, receber as homenagens merecidas e agradecer o empenho destes no combate a Lampião.

Apesar da euforia do governo pelos resultados propiciados pela execução da “LEI DO DIABO”, alguns problemas ficaram evidentes. Em primeiro lugar, esta lei foi baseada na pura ilegalidade jurídica, apesar de referendada, apoiada e executada

¹⁶² MELLO, Frederico Pernambucano de. Idem, pág. 116.

¹⁶³ LIRA, João Gomes de. Lampião (Memórias de um Soldado de Volante). Recife, Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1990, pág. 394.

¹⁶⁴ LIRA, João Gomes de. Ob. cit., pág. 306.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

pelo Estado. Em conseqüência dessa ilegalidade, os transtornos sofridos pela população civil foram enormes e sem possibilidade de reparação.

O fuzilamento sumário e o sepultamento clandestino nas caatingas do sertão, reais ou de supostos coiteiros que recusaram-se a trair Lampião e o recrutamento compulsório de outros sertanejos nas tropas volantes, os quais tornavam-se assim, automaticamente, inimigos de Lampião, tudo isso, enfim, foi realizado sob o signo da ilegalidade e hipocrisia.

A hipocrisia estatal ficou patente no fato de que toda ação repressiva do Estado foi dirigida “contra os coiteiros das classes média e baixa, cujo auxílio era vital para Lampião, mas que não tinham suficiente influência para se defenderem”¹⁶⁵. Além disso, como fato agravante e ferindo todas as normas legais, a prisão dos suspeitos foi decretada “por um período indeterminado”¹⁶⁶.

A família de Lampião foi perseguida duramente em vários Estados do Nordeste. Alguns familiares de Lampião foram presos no Piauí e transferidos para Pernambuco, “onde o Major Teófanos os submeteu a trabalhos forçados, na conclusão da Igreja de Vila Bela”¹⁶⁷. Por causa dessas perseguições selvagens e ilegais, o irmão mais jovem de Lampião, Ezequiel fez o mesmo roteiro de tantos sertanejos: abandonou a vida civil e buscou refúgio no grupo do irmão, tornando-se cangaceiro.

O Chefe de Polícia, Eurico de Souza Leão, satisfeito com os resultados obtidos através da “LEI DO DIABO” e acreditando nos relatórios vindos do interior, os quais afirmavam que os dias de Lampião estavam contados e que sua prisão ou morte era iminente, resolveu visitar as áreas de combate. A viagem, efetuada em fevereiro de 1928, quase termina em tragédia: “o Chefe de Polícia escapou por pouco de ser preso”¹⁶⁸ por Lampião.

Por sua vez, Antônio Silvino, ex-cangaceiro de “gestos generosos e humanos, respeitador de donas e donzelas”¹⁶⁹, foi indultado por Getúlio Vargas, em 1937, talvez como prêmio por sua contribuição ao combate ao cangaço, em Pernambuco. Seu indulto também pode ter sido dado “em vista do seu bom comportamento carcerário, para o que muito contribuíra sua conversão ao protestantismo”¹⁷⁰.

¹⁶⁵ CHANDLER, Billy Jaynes. Lampião - O Rei dos Cangaceiros. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, pág. 100.

¹⁶⁶ CHANDLER, Billy Jaynes. Ob. cit., pág. 100.

¹⁶⁷ CHANDLER, Billy Jaynes. Ob. cit., pág. 102.

¹⁶⁸ CHANDLER, Billy Jaynes. Idem, pág. 121.

¹⁶⁹ CASCUDO, Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint Ltda, s.d., pág. 91.

¹⁷⁰ MELLO, Frederico Pernambucano de. Ob. cit., pág. 91.

O DESPOVOAMENTO DOS SERTÕES DA BAHIA

Durante as duas décadas que Lampião lutou contra as forças militares dos estados nordestinos, ele demonstrou sua enorme capacidade de tirar proveito do meio geográfico, social e cultural em que vivia.

Por maior que fosse a capacidade de Lampião espalhar o terror em toda a vasta região em que atuou, ele jamais poderia rivalizar com a prepotência das autoridades estatais em espalhar descontentamento e medo entre a população. Os símbolos do poder - o juiz, o delegado, o promotor, o inspetor do quarteirão, o policial, etc. - sempre foram instrumentos mais efetivo em levar a intranqüilidade ao povo sertanejo.

E foi no meio dessa população, praticamente abandonada por parte dos poderes públicos, que Lampião encontrou o seu abrigo natural e ponto de apoio, estabelecendo uma vasta e intrigada rede de informações, de coiteiros, de amigos e simpatizantes.

Estudiosos do assunto confirma o fato de que Lampião sentia-se a vontade entre os sertanejos. Um desses estudiosos, Oleone Coelho Fontes, escreve a este respeito: “O relacionamento de Lampião com os sertanejos, apesar de tudo, pode ser considerado razoável. Seguramente, este relacionamento contribuiu para a sua sobrevivência de cangaceiro durante mais de 2 décadas. Já a Polícia estava numa posição antagônica em relação a grande maioria dos habitantes dos sertões”¹⁷¹.

Conseqüência natural dessa afinidade entre Lampião e a sociedade em que vivia é o fato de que o número de sertanejos que pediam para incorporar-se ao seu bando sempre foi muito grande. Segundo Rodrigues de Carvalho, Lampião “constantemente estava recusando candidatos, que se apresentava até em blocos”¹⁷².

Os estrategistas das lutas contra Lampião logo perceberam que entre Lampião e a população havia um espécie de cumplicidade tática. O Governo de Pernambuco, já no início da década de 20 passou a formular sua estratégia de combate a Lampião, utilizando táticas que permitissem isolá-lo da população civil. Como estava em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum, a opção das forças

¹⁷¹ FONTES, Oleone Coelho. Lampião na Bahia. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1988, pág. 256.

¹⁷² CARVALHO, Rodrigues de. Lampião e a Sociologia do Cangaco, Rio de Janeiro, s.d. , pág. 153.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

opressivas foi a de descolar e transferir dos seus locais de moradia e trabalho, vastos contingentes populacionais.

Em Pernambuco, duas regiões foram identificadas pelo Governo como sendo área onde Lampião encontrava pouso, apoio e fonte de recrutamento para as fileiras do seu grupo: Serra Negra e Serra de Umã.

Serra Negra fica localizada entre os rios Moxotó e Pajeú, na margem esquerda do Rio São Francisco e tem uma altitude de 600 metros. Esta terra foi ocupada pelos índios Kambiwa que sobreviveram das guerras travadas sobre os colonos portugueses e os criadores de gado, os quais ocuparam as suas terras onde viveram por longos séculos. Os Kambiwa chegaram a Serra Negra no século XVII e dela fizeram uma fortaleza inexpugnável.

A segurança em que viviam há mais de dois séculos, “desmoronou nos anos de 1920 quando a polícia os obrigou a descer da serra para as terras da caatinga, violentamente, sob a justificativa que eles ajudavam os grupos de bandoleiros que vinha atuando no sertão, comandados pelo famoso Virgulino Ferreira - Lampião, o rei do Cangaço.

“Nos anos em que seguiram, já então desalojados da serra, como seus avós haviam sido da planície, os índios tiveram que modificar em muito o seu antigo estilo de vida, pois as faixas de terra que passaram a ocupar foram sendo sucessivamente reivindicadas por pessoas que delas se diziam possuidores. Assim, expulsos, vagando sempre de lugar a lugar, e perseguidos pelos proprietários, reais ou simulados, resolveram apelar para o Governo, pedindo uma terra qualquer para uma fixação definitiva”¹⁷³.

A Serra de Umã, por sua vez, situada no município de Salgueiro, era habitada pelos índios da tribo Aticum-Umã, “mesclados com um contingente de negros fugidos e ali adquiridos ainda no século passado”¹⁷⁴. Optato Gueiros afirmou que a Serra de Umã poderia ser considerada como sendo o maior coito de criminosos e cangaceiros do Estado”¹⁷⁵.

Quando Lampião regressou de sua malograda expedição a Mossoró, um dos locais onde procurou refugiar-se foi na Serra de Umã. As volantes dos vários Estados que estavam em perseguição a Lampião aproveitaram a oportunidade para quebrar a inviolabilidade da Serra, “habitada por cablocos, cangaceiros valentes”¹⁷⁶. Coube ao

¹⁷³ MOURA, Abdias. O Sumidoro do São Francisco (Subterrâneos da Cultura Brasileira), 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1993, pág.18.

¹⁷⁴ MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do Sol - O Banditismo no Nordeste do Brasil. 1ª edição, Recife, Editora Massangana, 1985, pág. 141.

¹⁷⁵ GUEIROS, Optato. Lampião (Memórias de um Oficial Ex-Comandante da Forças Volantes). Recife, 1952, pág. 88.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

Sargento Manoel Neto a proeza de subir à serra e prender todos que encontrasse pela frente.

Este tipo de repressão, que visava cortar os vínculos de Lampião com a população, dificultando-lhe as fontes de suprimento e apoio, atingiu, na Bahia, uma maior dimensão, em 1932. Nesta ocasião, os sertões baianos foram despovoados de forma brutal pelas forças policiais, causando, com isso, um clamor nacional devido à insensatez da medida posta em prática.

Em 1932, o Nordeste sofreu uma das piores secas de sua história. A fome e a miséria atingiram níveis insuportáveis nos sertões nordestinos. Foi exatamente nesta ocasião que o Capitão João Miguel, da polícia militar baiana e no exercício do comando das forças militares contra Lampião, elaborou o seu plano, imediatamente aprovado pelo Secretário de Segurança, João Facó, e pelo interventor do Estado Novo, Juracy Magalhães.

O plano consistia, essencialmente, “em agrupar toda a população dos sertões nas sedes dos municípios e em todas as outras cidades maiores. Dessa maneira, de acordo com a estreita visão do oficial, os cangaceiros, sem condições de serem abastecidos por coiteiros e simpatizantes, seriam fatal e facilmente dizimados pela fome, por falta de quem os abastecesse, e simplesmente se entregariam à polícia”¹⁷⁷.

O Capitão João Miguel estabeleceu o seu quartel-general na cidade de Jeremoabo e, com o beneplácito do Governo, deu início ao seu plano, que tantos transtornos trouxe para o povo do sertão baiano. Dessa forma, cerca de 12 mil pessoas foram arrancadas brutalmente dos seus lares e enxotadas como mendigos para as cidades de Jeremoabo, Uauá, Bonfim, Cumbe (Euclides da Cunha), Tucano e Juazeiro. Um quadro de desolação, miséria e fome formou-se nestas cidades, durante todo o ano de 1932.

Um historiador baiano relata o triste quadro tornado possível graças à estupidez governamental: “Quem não tinha parentes nem aderentes em cidades maiores a quem recorrer era atirado pelas circunstâncias à mendicância. Dormiam sob as árvores, nas portadas e adros das Igrejas, aos montes, ali mesmo cozinhando, ali mesmo satisfazendo necessidades fisiológicas, ali mesmo lavando panelas, ali mesmo fazendo as abluções, em si e nas crianças. Estas, maltrapilhas, davam ao quadro um aspecto de horror não imaginado pela estreiteza sociológica da política de então. (7)

E assim, aquele cenário que tinha sido o palco da luta de Canudos há 35 anos atrás, desta vez, testemunhava o seu povo reduzido a condições ultrajantes e

¹⁷⁶ FONTES, Oleano Coelho. Lampião na Bahia. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1988, pág. 296.

¹⁷⁷ FONTES, Oleano Coelho. Ob. cit., págs. 297-298.

Sertão Sangrento: Luta e Resistência

Jovenildo Pinheiro de Souza

indignas. Enquanto o povo amargava a sua derrota diante da prepotência policial, Lampião parecia não ser afetado por este plano elaborado especialmente para destruí-lo definitivamente. Ao contrário, como atesta um historiador baiano “embora para os sertanejos tenha sido singularmente um ano de calamidade, com secas e obrigações de abandonar seus lares, para Lampião 1932 foi um ano de relativa calma. E ele soube aproveitar a oportunidade para relaxar e recompor energias”¹⁷⁸.

¹⁷⁸ FONTES, Oleano Coelho. Idem, pág. 298.